

6

Aniquilar

A passagem de uma narrativa testemunhal guerrilheira a um discurso de acusação de violações de Direitos Humanos na Argentina ocorreu ao final de um longo e complexo processo histórico que se iniciou logo depois da segunda guerra mundial, do outro lado do mundo, numa longínqua província do império colonial francês chamada Indochina, mais precisamente no atual Vietnã, onde começou a se delinear a contraofensiva ao internacionalismo guerrilheiro, uma contraofensiva tanto doutrinária quanto militar, que vai mudar profundamente o contexto e o conteúdo da enunciação testemunhal. Assim, precisamos desvendar as raízes históricas do comportamento dos militares argentinos para analisar com maior precisão a construção da narrativa testemunhal do *Nunca más* que surgiu em *reação* à ação destes militares.

No seu livro *Escadrons de la mort, l'école française*¹, a jornalista Marie-Christine Robin descreve a evolução da teoria militar francesa a partir da guerra da Indochina que começou no Vietnã em outubro de 1945. Chamados para restabelecer a ordem na antiga colônia, os militares franceses se defrontaram com um tipo de luta que lhes era totalmente desconhecida. O seu inimigo não constituía um *front*, mas uma forma de guerrilha definida pelo seu grande estrategista vietnamita, o General Giap:

...éviter l'ennemi quand il est fort, l'attaquer quand il est faible ; se disperser ou se regrouper, livrer des combats d'usure et d'anéantissement selon les cas; attaquer l'ennemi partout, afin que, partout il se trouve submergé par une mer d'hommes armés hostiles, afin de miner son moral et d'user ses forces. Comme l'accumulation des coups de vents produit la tempête, l'accumulation des succès remportés lors des petits combats use graduellement les forces vives ennemies tout en alimentant graduellement notre potentiel².

O texto de Giap reflete exatamente o pensamento expresso por Che Guevara em

¹ ROBIN, Marie-Monique. *Escadrons de la mort, l'école française*, éditions La Découverte, Paris 2004.

² GIAP, Nome Vô Nguyen. *Guerre du peuple, armée du peuple*, Maspero, Paris, 1966. Este mesmo editor, amigo de Régis Debray, publicou *Guerre de guerrilha* de Che Guevara em 1962.

Guerra de guerrilha quando enuncia as “sete regras de ouro” da guerrilha:

No dar un combate que no se gane; El continuo movimiento, muerde y huye; el principal abastecedor de armas es el enemigo; el movimiento oculto; la sorpresa de las acciones; la formación de nuevas columnas, una vez alcanzado un poderío respetable; debe tener tres momentos: defensiva estratégica; equilibrio entre las posibilidades de acción del enemigo e de la guerrilla y por último el aniquilamiento total del adversario.

En resumen, todo esto se logra con el empleo de la táctica guerrillera, la movilidad, la nocturnidad, la flexibilidad, la sorpresa, la rapidez del ataque y el cuidado y ahorro del parque, la concentración y desconcentración de esfuerzos y medios³.

Os discursos são praticamente idênticos e esta convergência ideológica explica a fórmula de Che Guevara sobre a necessidade de fomentar “um, dez, cem Vietnãs...” em todos os cantos do planeta, que ele lançou no seu famoso discurso na conferência tricontinental de La Havana, em 1966, discurso ouvido entre outros por Régis Debray, Elizabeth Burgos, Marie Tremblay e os representantes das frentes de guerrilhas do continente. Até o termo “guerra revolucionária” que aparece no título do livro de Guevara veio da Ásia, mais precisamente da China, diretamente inspirado da obra de Mao Tsé-Tung, *A estratégia da guerra revolucionária na China* publicado em 1936. O vietnamita Giap utilizava-o desde o início do seu engajamento na luta armada contra a colonização francesa a partir de 1946. Quando escreveu o seu livro em 1962, Ernesto Guevara estava muito atento às notícias vindas do extremo oriente cujas lutas de libertação o inspiravam assim como aos seus principais líderes.

Mas será que Ernesto Guevara sabia que, em 1952, dez anos antes da publicação de *Pasajes...*, o conceito de guerra revolucionária tinha “mudado de lado” e atravessado a trincheira simbólica que separava os revolucionários dos contrarrevolucionários? “Guerra revolucionária” não significava mais somente a guerra dos revolucionários do ponto de vista deles, mas também a guerra contra eles, do ponto de vista dos seus inimigos. Esta confusão foi introduzida por um jovem oficial francês, o coronel Charles Lacheroy, durante uma palestra na escola de quadros do exército colonial em Biên Hoa, a trinta quilômetros de Saigon. Lacheroy, que tinha lido o texto de Mao Tse-Tung, cunhou o termo “guerra revolucionária” (que foi nos anos seguintes usado por todos os estados-maiores) como logomarca de uma doutrina de origem francesa de luta antissubversiva. Quando o jovem estudante de medicina Ernesto Guevara ainda passeava de motocicleta pela América do Sul, uma guerra entre colonizadores franceses e nacionalistas marxistas no sudeste da Ásia servia de palco inicial a uma reviravolta

³ GUEVARA, Ernesto, *Guerra de guerrilla*, Ed. Ocean Sur, La Havana 2006, p. 6.

radical das doutrinas militares – que tem consequências até hoje.

O texto lido naquele dia por Lacheroy, *Une arme des Viet-Minh*, les hierarchies parallèles, vai em seguida ser apresentado a centenas de auditórios militares. Para fazer frente à estratégia de formigas⁴, o coronel entende⁵ que as normas que serviam para avaliar as forças em campo ficaram obsoletas. “Estamos”, disse ele, “diante de uma nova forma de guerra, nova na sua concepção, nova nas suas realizações. É a esta forma que chamamos de guerra revolucionária”⁶. A questão central é o controle das populações que servem de suporte a esta guerra. Quem as conquista vai ganhar. Esta focalização nas populações muda radicalmente os conceitos militares. Em primeiro lugar, a imagem do inimigo: ele não é mais um soldado da trincheira em frente, ele pode ser qualquer pessoa que circula na rua. Na guerra revolucionária, o inimigo não é mais distante, estrangeiro, facilmente identificável pelo seu uniforme. O subversivo passeia no meio da multidão, atua em todas as áreas, infiltra-se na universidade, na imprensa, no sindicato: é o inimigo interior.

As hierarquias paralelas, descritas no título do texto, são a chave de um novo tipo de organização revolucionária na qual uma hierarquia militar na retaguarda goza da cumplicidade de organizações, ao mesmo tempo infiltradas no território inimigo e capazes de lhe dar suporte material e até militar crescente. O cerne de tal sistema repousa na “doutrinação e a tomada de controle das almas das pessoas”⁷ (Neste ponto, Che Guevara concordaria, já que, para o argentino⁸, o diferencial desta guerra de guerrilha é que cada um dos guerrilheiros está disposto a morrer não somente para defender um ideal, mas também para transformá-lo em realidade). Para Lacheroy, à guerra nova, meios novos. Não se luta contra uma guerra revolucionária com blindados nem com uma administração de tempos de paz. Segundo ele, “não se luta uma guerra revolucionária com o código Napoleão”⁹.

Graças à sua teoria, o jovem coronel conhece uma fama repentina que o leva no mesmo ano a apresentar as suas ideias diante do comandante-chefe do exército e nas escolas de oficiais. Em 1954, sua doutrina é oficialmente introduzida no currículo da Escola Superior de Guerra. No mesmo ano, a França sofre a sua mais humilhante derrota militar. No dia 13 de março de 1954, parte do exército francês encontrou-se

⁴ Pequenos grupos de combatentes.

⁵ ROBIN, *Op. cit.*, p. 39.

⁶ ROBIN, *Op. cit.*, p. 39.

⁷ Id..

⁸ *Guerra...*, p.21.

⁹ ROBIN, *Op. cit.*

sitiada no campo de Dien-Bien-Phû. Quase três meses depois, no dia 7 de maio, os franceses capitularam. O balanço foi terrível: três mil mortos, seis dos doze mil sobreviventes feridos. Humilhados, foram levados para campos de prisioneiros vietnamitas. Do alto de uma colina, os comunistas vencedores filmaram uma longa coluna de derrotados em estado lastimável, a elite da tropa colonial em trapos. Uma geração de oficiais, entre os quais muitos que pegaram em armas durante a Segunda Guerra Mundial, e se orgulhavam de ter libertado o seu país como resistentes (guerrilheiros antes da hora?) ou nas tropas aliadas, vivia o pesadelo dos maus tratos, da vergonha e da fome, nas mãos daqueles amarelos que, como disse um general, “a gente só achava capazes de serem motoristas ou porteiros”.

Na esteira desse fracasso, a França perdeu a guerra e saiu da ex-colônia. Depois de meses de cativeiro, os homens de Dien-Bien-Phu foram soltos, repatriados para a França. Dentre eles, os mais radicais anticomunistas e defensores do império colonial foram enviados para outra frente da guerra, a Argélia, vizinha da França do outro lado do Mediterrâneo, onde estes oficiais amargurados pela derrota vão desenvolver a sua teoria e as suas práticas antissubversivas bem longe do Código Napoleão.

Para eles, antecipando em dez anos o chamado revolucionário de Che Guevara, o inimigo é um só, de Paris a Saigon, de Argel à Brazzaville, segundo a fórmula de Jacques Hogard¹⁰. Em 1957, a *Revue Militaire d'Information* publica um número especial inteiramente consagrado às teses de Lacheroy, com uma tiragem excepcional de 52.000 exemplares. A doutrina francesa da guerra revolucionária é amplamente difundida em toda a tropa chegando até os lugarejos afastados do deserto argelino que vão servir de campo de treino das novas diretivas¹¹. Os jovens oficiais deixados à própria sorte nas áreas afastadas multiplicam as execuções sumárias de presos, a destruição de vilas, a degola de rebeldes cujos corpos são expostos ao público como exemplo. No dia 19 de agosto de 1956, um jovem conscrito desertou do exército junto com um preso argelino. Motivo: ele se recusava a jogar o preso vivo de um helicóptero em voo. Um terrível presságio do que acontecerá vinte anos depois na Argentina nos chamados voos da morte.

Na guerra da Argélia aconteceu um episódio-chave: a chamada batalha de Argel. A capital argelina foi o palco de enfrentamento sangrento entre os adeptos da guerra

¹⁰ *Ibid.*, p. 58.

¹¹ Para fazer frente ao crescente movimento independentista, o exército persegue três metas: a reconquista do território (quando uma área ficou sob domínio dos rebeldes), a destruição total do aparelho da Frente de Libertação Nacional e a tomada de controle da população.

revolucionária (ou melhor, contrarrevolucionária) e o FLN, que adotou, a partir de 1957, táticas terroristas, incluindo a explosão de bombas de forte potência em lugares públicos. Os nacionalistas queriam amedrontar os colonos franceses e forçar as negociações. O resultado foi inverso: o exército e seus verdugos mais sangrentos foram autorizados a usar todos os meios “necessários para proteger a população”, entre eles o sequestro indiscriminado de suspeitos, a tortura elétrica conhecida na França com o nome de *gégène* e na Argentina como *picana*. Uma informação (sobre um ataque terrorista) pode salvar a vida de dezenas de inocentes. Ela precisa ser arrancada dos suspeitos detidos com a máxima velocidade. Custe o que custar. Para o General Aussaresses¹², um dos poucos responsáveis que, quarenta anos depois dos fatos, reconheceu ter torturado presos até a morte, lidar com um terrorista que ataca civis não é lidar com alguém humano. Ele escapa, portanto, à piedade que provoca naturalmente um ser que sofre. Torna-se possível concluir: este tipo de guerra é novo, ela produz um novo tipo de legitimidade.

Apesar de alguns sucessos temporários na redução do número de atentados e na repressão da organização nacionalista, os militares franceses (após uma tentativa de golpe pelos radicais da OAS) foram de novo derrotados e tiveram de aceitar os acordos de Vichy em 1962 e a independência da Argélia. As circunstâncias exatas da guerra importam menos do que constatar que as teorias do coronel Lacheroy, elaboradas no Vietnã, encontraram no país muçulmano o terreno de sua colocação em prática e do aperfeiçoamento das técnicas de enquadramento da população, sequestro e tortura.

“Os militares franceses trouxeram para a Argentina uma concepção nefasta e perversa que literalmente envenenou a mente dos oficiais da minha geração: a ideia do inimigo interno”, considera o general Martin Balza, chefe de estado-maior do exército argentino de 1992 a 1999¹³. Até a chegada deles (as primeiras missões para a Argentina começaram em 1957 em plena batalha de Argel), o exército argentino se preparava para se defender como qualquer exército do mundo contra a agressão eventual dos países vizinhos, o Chile ou o Paraguai:

A partir do momento em que os franceses introduziram o conceito de “inimigo interno”,

¹² Cf. ROBIN, *Op. cit.*

¹³ *Ibid.*, p. 201.

nós todos, eu inclusive [completa o oficial] interiorizamos o fato de que o inimigo contra o qual tínhamos que lutar era nosso próprio cidadão: era talvez aquele com quem acabavam de almoçar, o professor dos nossos filhos ou nosso vizinho, enfim todos aqueles com quem não dividíamos as idéias e poderiam ter qualquer afinidade com o comunismo apresentado com o mal absoluto, ou com o movimento peronista considerado como um subproduto do primeiro¹⁴.

Desde o final dos anos cinquenta até o golpe de 1976, as forças armadas se prepararam para uma guerra fratricida e a se comportar como um exército de ocupação em nosso próprio país¹⁵.

De 1957 em diante, missões especiais, cursos, missões permanentes e seminários foram ministrados por oficiais franceses especialistas da guerra revolucionária. Em 1962, ano em que Che Guevara publica *Pasajes de una guerra revolucionária*, o estado-maior argentino já publicara um manual teórico de luta antissubversiva redigido com a ajuda de oficiais franceses chamado *Instruciones para la lucha contra la subversión*.

No dia 24 de março de 1976, o piloto do helicóptero que levava a presidenta Isabel Perón do palácio presidencial da Casa Rosada até a residência oficial de Los Olivos mudou de rota e conduziu sua passageira diretamente para um destacamento militar onde ela foi presa. Os três comandantes das Forças Armadas, o general Jorge Videla (Exército), o almirante Emilio Massera (Marinha) e o general Orlando Agosti (Força Aérea) assumiram o poder sem disparar um único tiro. Com o golpe em Buenos Aires, a Argentina entrava no rol das ditaduras alinhadas com os Estados Unidos, em que já se encontravam todos os países vizinhos (Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile). A ditadura argentina implementou uma “guerra contra a subversão” seguindo as orientações da Escola das Américas e a doutrina elaborada pelos oficiais franceses na guerra da Argélia: a ameaça de atentados terroristas justificava, aos olhos dos militares, o sequestro, a tortura e até a morte dos suspeitos. Os militares argentinos aderiram sem restrição a esta lógica mortífera.

Do lado oposto, a guerrilha argentina seguia as ideias e táticas então em vigor em muitos movimentos revolucionários de inspiração marxista. As duas principais organizações guerrilheiras, o Exército Revolucionário do Povo (ERP, grupo marxista próximo de Che Guevara) e os Monteneros (extrema-esquerda peronista) foram mais ativos, numerosos e violentos que grupos comparáveis no Brasil, Uruguai ou Chile.

¹⁴ ROBIN, *Op. cit.*, p. 201.

¹⁵ *Idem.*

Entre 1973 e 1976, ocorreram na Argentina nada menos que 8.509 confrontos armados, 1.543 assassinatos por motivos políticos (a metade deles, aproximadamente, cometidos pelas frentes de guerrilha) e 900 desapareções (atribuídas às forças do estado). Mesmo assim, a atuação da guerrilha argentina estava longe de atingir à intensidade dos confrontos produzidos pelos movimentos revolucionários na Nicarágua, em El Salvador e na Colômbia, para citar exemplos do continente, e também de guerrilhas da Argélia, da Angola, do Vietnã ou da Etiópia na mesma época. Em suma, a Argentina vivia na época uma situação de confronto que poderia ser qualificada em termos militares de “conflito de baixa intensidade”.

Os militares portenhos reproduziram o tristemente banal receituário dos regimes totalitários da época: encarceramento de milhares de pessoas, tortura, censura e cerceamento geral das liberdades civis. Apesar disso, a mesma “guerra contra a subversão” com o mesmo resultado e a mesma ditadura poderiam ter terminado com a libertação de milhares de prisioneiros encontrados vivos em celas espalhadas pelo país. Os militares argentinos foram além. As juntas esmagaram a guerrilha em dois anos, como mostra o livro do general Ramon Diaz Bessone, *Guerra revolucionaria na Argentina (1959-1978)*¹⁶. Um dos raros ideólogos que defendeu o regime ditatorial depois da restauração da democracia, Diaz Bessone foi comandante do temível Segundo Corpo do Exército de 1976 a 1978. Ele situa em 1978 a “vitória definitiva contra a subversão”. O termo “vitória definitiva”, segundo Emilio Crenzel, em *La historia politica del Nunca más*¹⁷, “assimila el aniquilamiento del oponente a su eliminación física”. E, de fato, a eliminação dos “inimigos” tomou amplitude vertiginosa, única na própria história argentina. Entre 1976 e 1982, 340 campos de concentração e extermínio clandestinos entraram em atividade, distribuídos em todo o território nacional¹⁸. De quinze a vinte mil pessoas passaram por eles e, segundo os dados oficiais da Conadep, no mínimo 8.960 presos desapareceram. De cada dois ou três cidadãos presos durante a ditadura, um sumiu para sempre. As execuções sistemáticas, as desapareções, o roubo de crianças não se justificavam dentro da doutrina da guerra contra a subversão.

Como explicar, portanto, esta deriva diabólica das juntas? A questão é central para entender a evolução pós-ditadura e, em particular, o posicionamento cultural da literatura testemunhal. Este extermínio não é fruto do acaso. Desde o final dos anos 50,

¹⁶ Livro reeditado em 1996 pelo Círculo Militar, Buenos Aires.

¹⁷ P. 260.

¹⁸ CALVEIRO, Pilar, *Poder y desaparicion*, p. 29-30.

a violência política estava crescendo no país. Os movimentos de guerrilha contavam, segundo documentos¹⁹ do Exército, no início da década de 70, aproximadamente 15.000 militantes “tecnicamente capacitados e fanatizados, prontos para matar”. Frente a esta ameaça revolucionária, os esquadrões da morte da extrema-direita peronista eliminaram centenas de militantes de esquerda. Os contrarrevolucionários estavam agindo em nome da Triple A (Alianza Anticomunista Argentina). O seu chefe era Lopez Rega, conhecido como “o bruxo”, eminência parda do governo Isabel Perón, todavia os militares não confiavam neste personagem incontrolável: exigiram retomar a frente da luta antissubversão. Sem carisma nem base política sólida depois da morte do seu marido (a quem sucedeu), Isabel Perón acatou o pedido dos generais e emitiu, no dia 6 de outubro de 1975²⁰, três decretos (2.770, 2.771 e 2.772) que lhes dava plenos poderes na luta contra a guerrilha cujo objetivo a atingir era: “ejecutar las operaciones militares y de seguridad que sean necesarias a los efectos de *aniquilar*²¹ el accionar de los elementos subversivos en todo el país”. Logo em seguida, um documento interno do Exército precisou o objetivo: “aniquilar los elementos constitutivos de las organizaciones subversivas”²². Em 16 de dezembro de 1975, Tomás Vottero, o presidente do conselho de defesa, explicou na Escola de Defesa Nacional que: “...es una determinación del no dejar de hacer absolutamente nada de lo que esté dentro de nuestras facultades y de nuestro poder de decisión, hasta alcanzar su más completo exterminio”²³.

O aniquilamento dos subversivos foi imediatamente implementado: em novembro de 1975, ocorreram 35 sequestros seguidos de desapareções, perpetrados por grupos militares ou policiais. Em dezembro, foram 90; em janeiro, 155; em fevereiro, 84; em março, mês do golpe, 310. Ou seja, a logística das desapareções já estava funcionando a pleno vapor dentro de um dispositivo de aparência legal quando os militares tomaram o poder em março de 76. Instalados na Casa Rosada, eles só ampliaram o mecanismo preexistente, dando-lhe o contorno de um verdadeiro e sistemático extermínio.

Por que estes generais não se contentaram com uma vitória militar clássica aplicando os ensinamentos, já extremamente violentos, da escola francesa? Como justificar esta prática de eliminação em massa de uma parte da juventude do seu país? Existia um demônio peculiar que rondava as casernas nos idos dos anos setenta?

¹⁹ Ver *A guerra revolucionaria na Argentina*.

²⁰ Fonte: TAGLIAFERRO, E. “El germen del terrorismo de Estado previo al golpe”. Buenos Aires, 11 mar. 2006, p. 12.

²¹ O grifo é nosso.

²² TAGLIAFERRO, E. *Ibid.*

²³ O grifo é nosso.

Segundo o jornalista e historiador Horacio Verbitsky, a barbárie castrense argentina tinha uma origem católica e até uma justificativa teológica! Em 1994, Verbitsky entrevistou Adolfo Scilingo²⁴. Oficial da Marinha, lotado na Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA), Scilingo explicou-lhe em detalhes o funcionamento dos chamados “voos da morte”²⁵: todas as quartas-feiras, um oficial escolhia entre os presos aqueles que lhe pareciam não poder mais oferecer nenhum tipo de informação sob tortura. Eles eram agrupados, tomavam banho e recebiam a notícia de que iam viajar de avião até outra província. Ali, ficariam numa prisão até serem julgados e cumprirem as suas penas. Antes de viajar, eles precisavam ser vacinados contra as doenças endêmicas da região para onde estavam sendo enviados. Na realidade, os presos recebiam então uma primeira dose de anestésico que os deixava tontos até entrar no avião, quando uma segunda dose os adormecia profundamente. Uma vez que o avião sobrevoava o Rio de La Plata, os presos eram jogados vivos ao mar – desaparecendo para sempre. O testemunho de Scilingo foi o primeiro depoimento de um militar diretamente envolvido neste procedimento²⁶. No livro *El vuelo*, que relata os encontros de Verbitsky e Scilingo, e no qual estão transcritas as entrevistas, aparece pela primeira vez um rastro do papel da Igreja. Scilingo conta²⁷ o seu mal-estar no dia seguinte ao seu primeiro voo.

- (...) Al día siguiente no me sentía muy bien y estuve hablando con el capellan de la Escuela que le encontró una explicación cristiana al tema. No sé si me reconfortó, pero pelo menos me hizo sentir mejor.

-¿Cuál fue la explicación cristiana?

- Decía que era una *muerte cristiana*²⁸, porque no sufrían, porque no era traumática, que había que eliminarlos, que la guerra era la guerra, que incluso en la Biblia está prevista la eliminación del yuyo del trigal.

Em outras palavras, o capelão achava *cristão* jogar presos vivos de uma altura de 3.000 metros e fazer desaparecer o seu corpo no Rio da Plata porque eles estavam anestesiados! Intrigado por esta revelação, doze anos após o fim da ditadura, Verbitsky começou então uma ampla pesquisa sobre o papel da Igreja Católica na política

²⁴ Adolfo Scilingo viajou voluntariamente para Espanha em 1997 para dar o seu testemunho sobre os voos da morte. Ele foi preso pelo juiz Baltazar Garzon, julgado por ter pessoalmente lançado ao mar, em pleno voo, 30 presos. Ele foi condenado a 640 anos de prisão no dia 19 de abril de 2005, e sua pena foi aumentada pela corte suprema espanhola para 1.084 anos. Segundo a lei espanhola, ele ficará preso no máximo trinta anos.

²⁵ *El vuelo*, p. 33

²⁶ Uma sequência do filme *Garagem Olimpo* de Marcos Bechis (1999) se baseia no testemunho de Scilingo para reconstituir as cenas de “voos da morte”.

²⁷ P. 38.

²⁸ O destaque é nosso.

argentina²⁹. Assim, descobriu a estreita relação entre os dois primazes que comandaram sucessivamente a Igreja argentina entre 1954 a 1976³⁰ (os arcebispos Canaggio e Aramburu) e a extrema-direita católica francesa que, durante a Segunda Guerra Mundial, colaborou ativamente com os nazistas.

Os franceses, reunidos na organização *La Cité Catholique*, e seus parceiros argentinos, da *Ciudad Católica*, defendiam a necessidade de proteger o ocidente cristão da decadência moral e do marxismo, visto como uma doutrina “exótica” (porque russa ou chinesa). E, neste processo de defesa da cristandade (um dos argumentos principais dos generais argentinos), era necessário usar todos os meios e, principalmente, eliminar aqueles que não tinham chances de voltar ao seio da Igreja e eram considerados “irrecuperáveis”³¹. Esta ideologia reinou entre os capelães militares durante duas décadas antes do golpe militar. Ou seja, um tempo suficiente para “fazer a cabeça” de toda uma geração de oficiais³².

Apesar disso, o debate sobre a ditadura sofre ainda da influência nefasta da chamada “teoria dos dois demônios”³³, que reduz o drama dos anos de terror ao

²⁹ A sua pesquisa foi publicada nos livros *El silencio* (1999) e a trilogia *La violencia evangelica* (volume 1 publicado em 2006, volume 2 em 2008, o terceiro ainda inédito).

³⁰ Além da função de primaz, os arcebispos citados atuavam como vigários castrenses, ou seja, principais conselheiros espirituais das Forças Armadas.

³¹ A palavra “irrecuperável” era usada de forma corriqueira no meio militar da ditadura a ponto de ter sido utilizada no título do documentário *Los irrecuperables* (2006), produzido pela Comisión Provincial pela Memória, de La Plata. O filme mostra o reencontro de três ex-presos políticos em La Plata onde eles participaram como testemunhos do julgamento de Miguel Etchecolatz.

³² Uma outra explicação da lógica de extermínio é mais prosaica: os militares ficaram enfurecidos, quando, no dia seguinte à queda da ditadura anterior, a do general Lanusse em 72, o governo democrático soltou todos os presos políticos, incluindo muitos guerrilheiros que voltaram logo a participar de ações armadas. O que realmente aconteceu foi provavelmente uma mistura de fanatismo religioso, de excesso de sádicos, de burrice de uma lógica militar com a petulância de salvar a pátria, misturado ao que contaram muitos sobreviventes à Conadep: a mediocridade dos algozes, as pequenas vinganças e lucros, o acaso, o choque dos sentimentos e o abuso de poder. Essa história é ainda coberta de mistérios. Na volta da democracia, milhares de cúmplices desta política de extermínio continuaram infiltrados nas entranhas do Estado. Desde então, eles mantêm um pacto de silêncio sobre o aparato clandestino da repressão inteiramente pensado para deixar um mínimo de rastros. Desvendar tal sistema sem a participação dos algozes, com poucos arquivos que não foram destruídos, e algumas dezenas de testemunhos sobreviventes, ainda ameaçados quando convocados para depor contra antigos torturadores, é um tarefa árdua, ainda dificultada pelo contexto de luta política que cerca este tema desde 1983. As sucessivas leis de proteção aos carrascos, os panos quentes colocados sobre o tema no final do governo Alfonsín (1983-1989) (depois das ameaças dos militares rebeldes, os famosos “caras pintadas”) e durante os dez anos do governo Menem, serviram de freio tanto à pesquisa como ao debate sobre anos de terror. É só a partir do governo de Nestor Kischner (2002-2007), e ainda mais, a partir deste ano, da presidência da sua mulher, Cristina Kischner, que o tema voltou à tona com uma grande ênfase. Ainda assim, o caráter sistemático das desapareições, a sua relação com os decretos de aniquilamento e a influência dos católicos ultraconservadores são raramente postos em destaque na análise do “Proceso”.

³³ Com frequência autores associam o surgimento desta teoria com o pensamento de Ernesto Sábato que presidia a Conadep. Como mostra Emilio Crenzel, a “teoria dos dois demônios” é anterior à criação da Conadep e até formata o seu trabalho limitando a sua pesquisa ao período 76-79, excluindo, portanto, as violações de Direitos Humanos antes do golpe, durante o governo de Isabel Perón. (Crenzel, *Op. cit.*,

enfrentamento entre o demônio guerrilheiro e o demônio militar. E foi o próprio prólogo do relatório da Conadep, escrito por Ernesto Sábato, que legitimou esta versão da história desde a sua primeira frase: “Durante a década de setenta, a Argentina foi convulsionada por um terrorismo que provinha tanto da extrema-direita quanto da extrema-esquerda, fenômeno acontecido em muitos outros países”³⁴. Ainda muito divulgada e popular, esta “teoria” ofusca o caráter radical do processo de extermínio argentino e coloca os militares na confortável posição de justificar as suas ações a partir da ameaça guerrilheira.

O que esta questão histórica tem a ver com a abordagem do testemunho? Ela está diretamente ligada: qualquer análise do testemunho pós-ditadura argentina deve *tomar como ponto de partida a lógica do extermínio*, que tem um impacto direto sobre o testemunho em geral e, em particular, a posição de enunciação dos protagonistas. Quando os verdugos “separam o joio do trigo”, como disse o capelão militar³⁵, eles estabelecem critérios de eliminação de uma parte dos cidadãos. Considerados “irrecuperáveis” por essência, estes últimos devem ser calados e aniquilados. A instauração do regime exterminador se traduz, portanto, desde o princípio, por uma negação absoluta da voz dos “irrecuperáveis”.

Depois da queda destes regimes, as vozes das vítimas emergem como refutação radical da lógica dos perpetradores. A partir destas vozes, elaboram-se tentativas de construção de uma memória coletiva dos fatos ocorridos. Esta memória apoia-se preferencialmente nas vozes das vítimas. Observamos que, após a sua derrota, os perpetradores argentinos se calaram, com poucas exceções: além dos livros de Ramon Diaz Bessonne e o livro de Verbitsky, baseado na entrevista de Scilingo, já citados, Emilio Crenzel³⁶ lista somente três obras “de perpetradores”, um numero irrisório em comparação com as centenas de publicações de vítimas. Sem esquecer que dois deles foram publicados em tiragens confidenciais pela editora do Círculo Militar: *Subversión: la historia olvidada* (1997), livro coletivo de autoria da Asociación Unidad Argentina e, outra obra coletiva, *In memoriam* (1998). O terceiro é *Dejo Constancia*. Memórias de

p.57).

³⁴ *Brasil nunca mais*, versão em português da editora LP&M, 1984.

³⁵ *El vuelo*.

³⁶ *Op. cit.*

un general argentino do general Balza. Segundo Crenzel³⁷, o autor “realizo una autocrítica sobre la intervención militar, rechazo la obediencia como justificativas de los crímenes y negó que el ejército tuviera listas de desaparecidos en su poder”.

Estas obras, assim como o discurso da associação dos familiares de militares mortos pela guerrilha, limitam-se a defender a “guerra contra a subversão” no contexto da Guerra Fria, sem nunca explicar por que a Argentina adotou de forma tão contundente uma lógica de extermínio. O silêncio dos algozes pode ser explicado em parte pelo espírito de corpo, pelas ameaças de outros militares ou policiais envolvidos³⁸, pelo medo da justiça e do sentimento muito comum de só ter participado de um processo coletivo no qual eles não têm responsabilidade individual, como mostra bem Pilar Calveiro³⁹. Mas estas considerações são somente circunstanciais. A questão-chave nesta discussão refere-se à postura de enunciação do testemunho⁴⁰. Na lógica do extermínio, o agente repressor não dialoga a partir de sua posição de verdugo. Ele não aceita estabelecer uma interação com a vítima⁴¹. Pelo contrário, ele silencia a voz daquele que não tem direito de viver. Ele quer matar o outro. Se ele não quer mais matar, deixa sua posição de carrasco. Só falam os arrependidos, ou seja, aqueles que aceitam parcialmente a lógica das vítimas. Assim, a voz das vítimas aparece como uma reação a uma tentativa de reduzir estas pessoas ao silêncio. *A vontade dos verdugos de silenciá-los é anterior à expressão das vítimas e forma o contexto primordial da sua enunciação.*

A primeira fala das vítimas é a denúncia do que os opressores lhes fizeram, quando agiam como carrascos. A posição inicial do denunciante contém um certo paradoxo: quando retoma a palavra, o testemunho apresenta uma narrativa em que seu

³⁷ *Op. cit.*

³⁸ Ameaças concretas a ponto de a maioria dos militares não diretamente envolvidos, que estavam dispostos a depor a Conadep, mudarem de postura acusando a comissão de coagi-los.

³⁹ *Op. cit.*

⁴⁰ A convergência diabólica entre os ensinamentos da escola francesa de guerra revolucionária e a benção do extermínio pela extrema-direita católica decorre de uma situação histórica muito precisa e peculiar da Argentina. Nenhum outro país da região experimentou este veneno ideológico. Mas este foi o contexto histórico primordial do testemunho na Argentina, que originou o processo da Conadep e deslocou completamente a postura de enunciação dos protagonistas em relação à narrativa guerrilheira. Nos outros países da região que adotaram procedimentos similares aos da Conadep, as circunstâncias históricas foram outras, como nas campanhas de terra arrasada na Guatemala ou nos enfrentamentos sangrentos da guerrilha do Sendero Luminoso no Peru. Não convém aqui aprofundar a história de cada país e o seu contexto de produção de um relatório comparável ao *Nunca más*. Somente queremos apresentar aqui uma hipótese de como o contexto histórico mudou o testemunho na Argentina, de onde surgiu um modelo de narrativa testemunhal copiada em outros países.

⁴¹ Fica muito claro na atitude de Miguel Etchecolatz durante o seu julgamento, quando ele não demonstra nenhum remorso e não reconhece a autoridade do juiz que o julga. Fonte: “un día de justicia”, *Op. cit.*

papel é passivo e assim ele retoma a iniciativa apresentando uma narrativa que lhe foi imposta. Depois da queda do regime, existe uma troca de posições de enunciação: o exterminador silenciador torna-se silencioso, enquanto a vítima, após perder a voz, encontra uma posição privilegiada de denunciante. Esta inversão de papéis e a retomada da voz pela vítima podem explicar por que na Argentina, num primeiro momento, após a queda do regime, durante as reuniões da Conadep, os testemunhos aparecem não tanto em função das suas biografias e histórias anteriores ao regime, mas principalmente a partir da posição primordial de *alguém que outros tentaram eliminar*. Emerge, então, a enunciação (a denúncia) do processo de silenciar-aniquilar visto pelo ângulo daqueles que perderam a palavra durante o regime. Assim se estabelece uma relação direta entre um processo de deslegitimação da voz da vítima durante o regime opressor e de legitimação posterior. Se a tentativa fracassada⁴² de extermínio é o contexto primordial da enunciação, ela cria uma situação testemunhal peculiar. Ex-presa política, Pilar Calveiro descreve a vivência do testemunho:

Se iniciaba el difícil camino de dejar memoria, aquel se había propuesto desde las épocas de cautiverio: la memoria que obsesionó a los que sobrevivieron y a los que murieron. Dar testimonio. La verdad en este caso era cruel e molesta, sin embargo podría permitir simbolizar lo sucedido, reconectar lo inconexo. Podía reconstituir el tejido diseccionado y esquizofrénico⁴³.

O tecido dilacerado e a esquizofrenia que evoca a autora traduzem que o que é suspenso (e não anulado), em situações extremas, é a capacidade do sujeito de produzir uma narrativa que faz sentido para relatar uma experiência num contexto inteiramente novo, para o qual ele não dispõe de referências e parâmetros. Nesse sentido, o silêncio do testemunho não significa a ausência de experiência, mas a dificuldade de expressá-la. Os eventos sofridos pelas vítimas são tão intensos, radicais e brutais que eles provocam uma ruptura da sua narrativa de vida. O que ocorreu antes destes eventos parece *a posteriori* morno, banal, sem relevância diante do abismo vertiginoso e, num primeiro momento, incompreensível da barbárie⁴⁴.

⁴² O testemunho só é possível para quem escapou do processo exterminador.

⁴³ *Poder y desaparición*, p. 161.

⁴⁴ Que sentido pode ter vida pós-trauma sem, primeiro, entender o trauma? Por mais que os sobreviventes criem laços de família, tomem novos rumos profissionais ou mudem de país, eles só poderão superar o ocorrido quando tiverem reconstruído uma narrativa de vida, restabelecendo uma relação entre experiência e relato que acompanha o fluxo natural do tempo. Enquanto isso, muitos sobreviventes e seus familiares parecem viver num tempo que mistura a consciência do presente e a presença vivida dos momentos dolorosos do passado. Depois de um tempo de silêncio, as vítimas se libertam e retomam a palavra: os mais recentes relatos inserem-se num contexto dos mais antigos, formando progressivamente um conjunto polifônico – a polifonia sendo ela própria decorrente da lógica

Diante da desaparecimento dos corpos das vítimas, do sumiço da maior parte dos arquivos e do silêncio dos carrascos, só os testemunhos foram capazes de reconstruir o cenário do horror. As testemunhas, reconhecendo em outros relatos convergências com a sua própria história, conseguiram progressivamente “entender” a sua experiência, dar-lhe um sentido e inserir a sua narrativa individual numa narrativa coletiva em construção. Assim, a solidariedade das vítimas observadas em várias organizações e atos não expressa somente uma fraternidade de luta, mas também o compartilhamento da necessidade de cada indivíduo de encontrar um sentido para a experiência vivida.

Esta construção coletiva permite entender o caráter gregário do movimento testemunhal pós-trauma argentino⁴⁵, começando pelas multidões de testemunhos à Conadep. A partir das primeiras denúncias, a Argentina viveu uma verdadeira epidemia de relatos, ainda ampliada pela decisão política de usar os depoimentos no processo de reconstrução da democracia. Além de ter sido a base probatória de julgamentos e condenações do terrorismo de estado na Argentina, como observa Beatriz Sarlo⁴⁶, o testemunho se converteu num relato de grande impacto fora do cenário do judiciário, que opera cultural e ideologicamente. O testemunho aparece em livros, documentários, organizações, debates⁴⁷...

A narrativa pós-ditadura tomou múltiplos rumos na Argentina. Mas a sua pedra fundamental, a partir da qual se ergueu toda a sua dinâmica posterior, foi sem dúvida o relatório *Nunca más*. Nascido no contexto de uma tentativa de aniquilamento, que vai muito além do simples sentimento de derrota de uma guerra, que destrói não somente os sonhos dos guerrilheiros como o próprio sentido de pertencimento ao corpo social, que rompe passados, laços, sentidos, que fez desaparecer até os corpos dos amigos e parentes, enfim produziu uma ruptura radical do sentido e um vácuo onde foi necessário

do testemunho que relata uma pluralidade de experiências. Este conjunto visa a uma nova produção de sentido que contribui à construção de uma narrativa da história recente. Assim, a multiplicação dos testemunhos foi capaz, na Argentina, de desvendar o caráter sistemático da repressão e a lógica de extermínio implementada pela última ditadura. Ao mesmo tempo, como mostra Pilar Calveiro, eles provaram a diluição da responsabilidade dos verdugos através da segmentação e da burocratização do processo exterminador.

⁴⁵ Fenômeno observado também em outras situações pós-traumáticas: África do Sul, Shoah, Cambogia...

⁴⁶ *Tempo pasado*, p. 26.

⁴⁷ A construção de uma narrativa coletiva é o projeto explícito de várias ONGs e departamentos de história (e tema de um congresso da Faculdade de História de Rosário em maio 2008). Na ONG “Memória Abierta”, por exemplo, centenas de depoimentos de sobreviventes foram gravadas para se constituir um acervo no qual basear uma narrativa da história recente. Estes processos de criação de uma narrativa ocorrem paralelamente à transformação dos narradores em atores da história, como nos casos exemplares das Madres e dos Hijos. Na medida em que eles se juntam para denunciar e, ao mesmo tempo, para repudiar a narrativa imposta pelos perpetradores, eles criam fatos (passeatas, “escraches”...) inseridos numa nova narrativa em que se tornam protagonistas e atores políticos.

criar uma nova narrativa testemunhal, com novos parâmetros. Tal foi a ambição do *Nunca más*.